

Nesse pacote, a base para um acordo.

O governo já tem delineado o novo pacote econômico a ser anunciado no próximo mês, que será aplicado em 86 e servirá de base de base para as futuras negociações com o FMI e os bancos credores. O próprio ministro da Fazenda, Dílson Funaro, vem coordenando o trabalho, que envolve diversos ministérios, e cujos dois pontos principais são a garantia de crescimento entre 5 e 6% e a redução da inflação para algo em torno de 140 a 160%.

O presidente José Sarney deve receber o primeiro esboço do pacote na semana que vem e espera poder enviar o plano ao Congresso dentro de 40 dias. A aprovação do Congresso será importante porque

desse pacote faz parte um novo programa de aumento de impostos destinado a atingir principalmente os lucros financeiros e os assalariados de alta renda. O principal problema para o governo é evitar o déficit público previsto para 86, estimado em Cr\$ 211 trilhões.

No caso dos impostos, o ministro Funaro garante ser possível gerar uma arrecadação-extra da ordem de 10% a 12%. Com o aumento previsto de 5% a 6% do PIB, a arrecadação total subiria de Cr\$ 320 trilhões para entre Cr\$ 370 e Cr\$ 390 trilhões. Os itens desse novo pacote tributário ainda não estão definidos, mas assessores do Ministério da Fazenda antecipam alguns: au-

mento do imposto de renda para quem ganha mais de 20 ou menos mais de 30 salários mínimos; aumento da taxação sobre a variação patrimonial; e aumento da tributação sobre operações no mercado financeiro.

No campo do corte de gastos, os estudos também estão adiantados. O governo espera eliminar o déficit operacional das estatais reduzindo suas despesas de custeio, aumentando as tarifas públicas, promovendo a venda de ações, desestatizando empresas e cortando subsídios.

A demissão de funcionários, aparentemente, está fora de cogitação.